CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 26/10

Estado admite déficit de R$241 milhões em 2018

CONTAS PÚBLICAS Segundo José Eliton, dificuldades no fluxo de caixa levaram a "situação de atrasos" nos pagamentos; governador destaca desafios com previdência e pagamento de dívidas

Katharine Alexandria
katharine.alexandria@opopular.com.br

Goiás deverá fechar o ano com déficit orçamentário de R$ 241,777 milhões, conforme informou ontem ao POPULAR o governador José Eliton (PSDB). "Vamos chegar ao menor déficit do Estado nos últimos anos", diz ao ressaltar que isso ocorrerá mesmo em ano de eleição, quando há tendência nos Estados de ampliar desequilíbrio. Em 2017, a diferença entre receita e despesa ficou negativa em R$ 503,353 milhões, representou 2,12% do que foi arrecadado no período. Dessa vez, a diferença representará 0,99%.

O desequilíbrio é atribuído, entre outros fatores, à expectativa de evolução da receita que não se confirmou. Ela somará R$ 24,468 bilhões este ano. Mas a receita corrente do Tesouro Estadual (R$ 16,26 bilhões) ficou R$ 300 milhões menor do que o projetado. O governo justifica que isso ocorre pelos efeitos da recessão na economia brasileira e a greve dos caminhoneiros, que gerou um peso negativo em maio e junho estimado em mais de R$ 100 milhões.

O impacto nas contas públicas, conforme o governador expôs, fez com que ocorresse a necessidade "de buscar sempre fazer gestão e governança para tentar deixar o Estado com seus serviços andando". Mesmo com atrasos para honrar pagamentos da saúde, por exemplo, José Eliton afirma que cumprirá normalmente as vinculações constitucionais (saúde, educação, cultura e ciência e tecnologia), já que as receitas maiores ocorrem tradicionalmente nos últimos meses do ano.

Ele diz que há dificuldades no fluxo de caixa, o que levou "a essa situação de atrasos", e também para acompanhar os crescimentos do déficit previdenciário, da folha salarial e o pagamento de dívidas. "O problema nosso hoje é que temos datas de entrada de recursos que, às vezes, não coincidem com as demandas da própria máquina. Semana que vem devo estar passando um volume expressivo de recursos para a saúde", pontua, ao citar os atrasos para as organizações sociais (OSs). Disse também que entregará a saúde "com dívida zero se possível" ao final de 2018.

Eliton afirma que destacou para o governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) que o principal desafio do Estado é com relação à previdência dos servidores. "Se o Brasil não corrigir esse problema, não é saber se os Estados vão quebrar, mas quando vão quebrar", frisou, ao lembrar que o desafio ocorre em todo o País. Em Goiás, o aumento informado é de R$ 300 milhões no déficit este ano, quando ao final terá saído do Tesouro R$ 2,3 bilhões – um aumento de 118% nos últimos quatro anos – para pagar aposentarias e pensões.

"Se tivéssemos R$ 2 bilhões a mais de receita no Estado, obviamente teria condições de fazer investimentos, de pagar o custeio e ampliar todas as questões sem dificuldades maiores", pontua, ao dizer que a questão precisa ser rediscutida no âmbito do Congresso Nacional. Segundo ele, o Estado não teria muito mais o que fazer, pois aumentou alíquota e fez alterações que eram possíveis em anos anteriores.

Com relação à folha, impositivos legais (incrementos, data base e piso da educação) impactam significativamente e continuarão, segundo o tucano, "com peso importante", o que também será questão delicada para o próximo governador. A despesa passou de R$ 9,8 bilhões, em 2014, para R$ 13,2 bilhões ao ano. "Por outro lado, outro desafio enfrentado pela gestão atual, a dívida poderá deixar de ser um grande peso para as próximas gestões", defende Eliton.

O POPULAR 26/10

Estado admite déficit de R$241 milhões em 2018

> *A relação dívida e receita é uma das menores das últimas três décadas e temos um espaço fiscal homologado, de 2017 a 2019, de R$ 677,263 milhões"*

"Hoje, nós temos menos de um ano (0,92) de receita do Estado para pagar a dívida inteira. Quando projetamos, temos uma linha decrescente se o governo não fizer novas operações de crédito", explica, sobre o estoque atual, que estaria zerado, de acordo ele, até 2048. Atualmente, a dívida está em R$ 19,905 bilhões, com pagamento médio de R$ 182,266 milhões por mês.

"A relação dívida e receita é uma das menores das últimas três décadas e temos um espaço fiscal homologado, de 2017 a 2019, de R$ 677,263 milhões." O governador lembrou também que 45,1% das dívidas foram contraídas antes dos governos de Marconi Perillo (PSDB), anteriores a 1999 e uma em 2010.

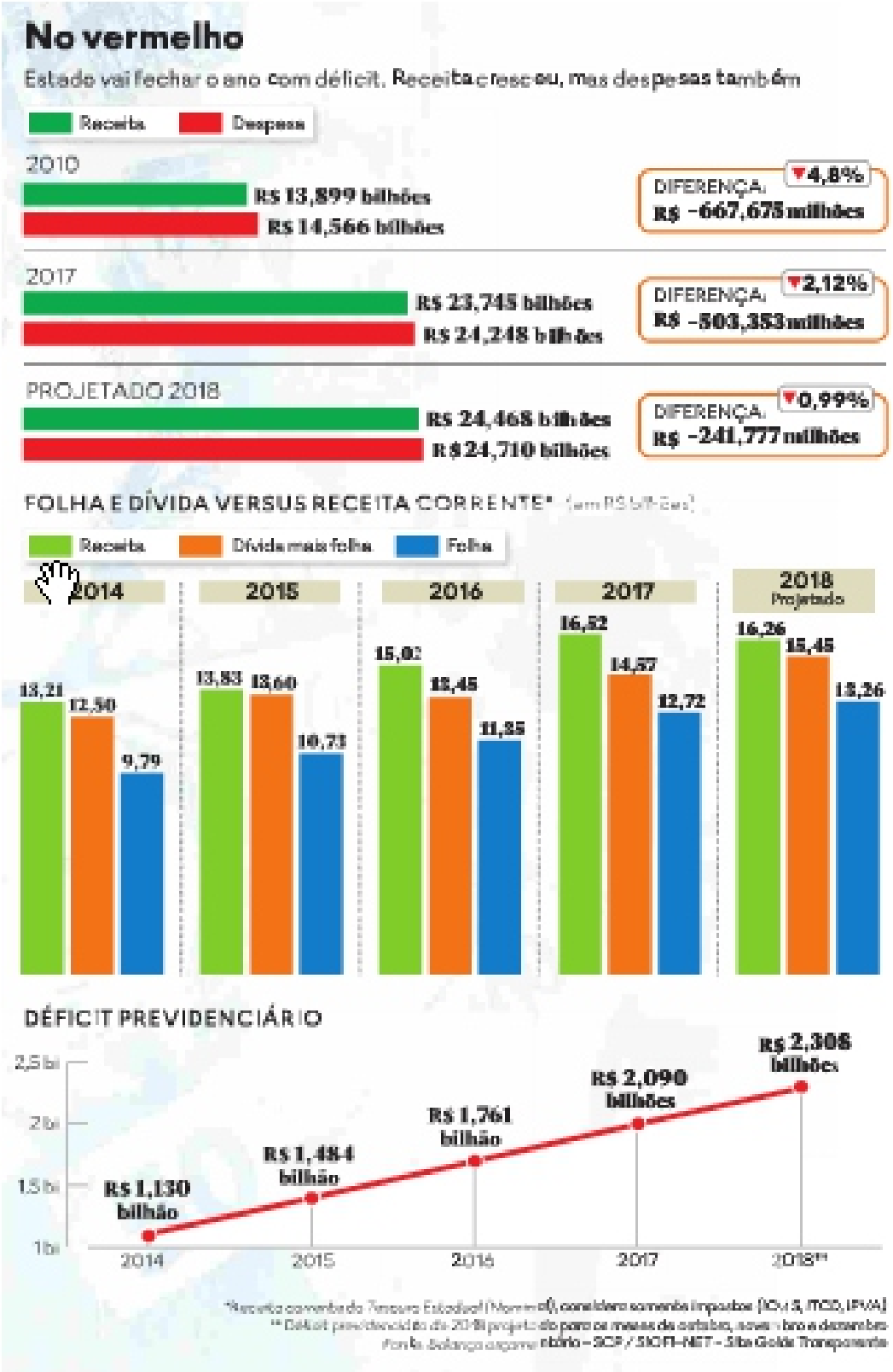
Questionado se o governo irá extrapolar algum limite nas contas, pontua que há apenas discussão com relação a elementos da PEC do Teto. "Do ponto de vista orçamentário, já estamos cumprindo todas elas. Do ponto de vista de liquidação, empenho e pagamento, esperamos chegar com todas elas cumpridas." Ele ressalta que as projeções "são conservadoras".

O foco até o fim do mandato é honrar os pagamentos e há busca por recursos disponíveis. O período eleitoral inviabilizou a geração de recursos extras, seja por contratação de novos empréstimos para melhorar o fluxo de caixa, ou por leilão de imóveis e concessões.

Além dos ajustes já feitos ao longo dos anos, atos ordinários ao fim do mandato, de governança interna, são apontados como ações para conseguir também melhor resultado. Entre eles está a não recomposição de cargos de comissionados que vagarem e suspensão de licitação.

O POPULAR 26/10

Estado admite déficit de R$241 milhões em 2018



O POPULAR 26/10

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Agetop suspende concessão de rodovias para discutir projeto com Caiado

O presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (Agetop), Luiz César Kimura, decidiu suspender o processo de concessão das rodovias estaduais. Kimura sustenta que tomou a decisão por ter questionamentos relativos ao equilíbrio econômico do edital, que prevê a concessão de 896 quilômetros à empresa que oferecer a menor tarifa de pedágio que fique abaixo de R$ 7,87. No comando da agência desde o início do mês, após a deflagração da Operação Cash Delivery, que prendeu seu antecessor Jayme Rincón, o auxiliar do governador José Eliton diz ter interesse em reavaliar inclusive o valor a ser cobrado da população. "Pedi que a equipe de transição do governo encaminhasse o projeto ao governador eleito. Se houver entendimento, podemos retomar neste ano. Se não, a decisão ficará para o próximo governo", diz. Ronaldo Caiado (DEM) afirma que já acertou a discussão de projetos que podem ter continuidade. "Precisamos saber qual a contrapartida, qual a melhoria em infraestrutura para Goiás."

RESPOSTA – A Saneago informa que a recuperação asfáltica da Avenida Rômulo Macedo, mostrada aqui ontem, deve ser executada hoje. E que o Jardim Bela Morada está recebendo obras de implantação de rede de esgoto.

O POPULAR 26/10

BÚSSOLA

MARGINAL BOTAFOGO

Diomício Gomes



A OBRA AVANÇA Operários trabalham na aplicação do concreto no Córrego Botafogo, que faz parte da recuperação da via. Obra está na altura do Viaduto Mauro Borges, no Jardim Goiás

DIÁRIO DA MANHÃ 26/10



Café da Manhã

ULISSES AESSE

Defesa Civil vê áreas de risco em Goiânia



A situação está cada vez mais complicada. Depois das primeiras chuvas, a **Defesa Civil** monitorou e identificou 20 áreas de risco, em **Goiânia**, locais onde 'não é recomendado morar, construir casas e outras edificações'. De acordo com o relatório, o caso mais grave é o da **Vila São José**, na região **Oeste** da **Capital**. Segundo a **Prefeitura de Goiânia**, via **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seinfra)**, tem-se realizado serviços de prevenção, dentre eles 'a limpeza de bocas-de-lobo e galerias, recuperação de ramais e construção de caixas de espera, e pede que a população evite jogar lixo na rua para não entupir o sistema pluvial'. Para **Danillo Cunha** (ele é professor na área de saneamento do **Centro Universitário Uni-Anhanguera** e tecnólogo em **Gestão Ambiental**), velhos hábitos como descartar garrafas pets, sacolas e outros tipos de lixo de forma incorreta, prejudicam o escoamento das águas pluviais.'O resíduos entopem as bocas-de-lobo e outros equipamentos de drenagem, e a água não tem para onde ir', observa o especialista sobre a triste realidade apresentada em Goiânia.

DIÁRIO DA MANHÃ 26/10

CNJ e tribunais de contas se unem para combater obras paralisadas

- Em reunião promovida pelo ministro Dias Toffoli, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ontem em Brasília, ficou decidido que será formado um núcelo de coordenação composto pelo Conselho Nacional de Justiça,Tribunal de Contas da União e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, para propor soluções e dar fim às obras inacabadas dos governos federal, estaduais e municipais.
- Representando o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), o vice-presidente Celmar Rech, eleito presidente para o próximo biênio, mostrou preocupação com as restrições orçamentárias e financeiras impostas pelos estados e pela própria União, explicando que os tribunais de contas precisam buscar mecanismos de incentivo aos gestores para que possam resolver as pendências nas obras.
- Rech citou, como exemplo, os termos de ajustamento de gestão (TAGs), adotados pelo TCE desde 2012, que propiciaram o andamento de 143 obras paralisadas em Goiás. "Cada obra tem uma saída, algumas sequer tem solução, por isso vai ser importante propor o equacionamento das obras já iniciadas em comum acordo com os novos governos que se iniciam em 2019", afirmou.
- O grupo a ser composto terá a missão de, em 30 dias, formatar um acordo de cooperação envolvendo não somente os tribunais de contas e o Judiciário, como também o próprio Executivo, ministérios públicos, advocacia pública, órgãos ligados ao meio ambiente e demais atores envolvidos na execução ou paralisação de uma obra pública.